

ECONOMIA DOMÉSTICA E SERVIÇO SOCIAL: ANÁLISE DAS CONTINGÊNCIAS HISTÓRICAS DE UMA APROXIMAÇÃO

HOME ECONOMICS AND SOCIAL WORK: ANALYSIS OF HISTORICAL CONTINGENCIES ABOUT AN APPROACH

José Carlos do Amaral Junior¹

Resumo: O objetivo desse trabalho foi destacar as principais contingências históricas da relação existente entre a Economia Doméstica e o Serviço Social. Baseado no materialismo histórico-dialético, desenvolveu uma pesquisa exploratória acerca da gênese dos dois campos no Brasil e no mundo. Foi possível perceber, nesse movimento, que ambos os campos tiveram origem no capitalismo concorrencial do século XIX, institucionalizando-se na era do capital monopolista. Historicamente a Economia Doméstica se manteve mais próxima das ciências agrárias e biológicas inclinando-se para as refrações da "questão social" de contexto rural, em detrimento do Serviço Social, orientado massivamente àquelas expressões ligadas ao contexto do proletariado urbano-industrial. Percebe-se ainda que a aproximação entre os dois campos ocorreu após intensa crise de legitimidade da Economia Doméstica, fenômeno que culminaria em sua extinção, mas ainda coloca questões importantes sobre o desdobramento dessa relação para a formação e a prática dos assistentes sociais.

Palavras-chave: Economia Doméstica. Serviço Social. Ensino superior.

Abstract: The objective of this paper was to draft the main historical contingencies of the relationship between Home Economics and Social Work. Based on historical-dialectical materialism, it developed an exploratory research on the genesis of the two fields in Brazil and in the world. It was possible to notice, in this movement, that both fields originated in the competitive capitalism of the 19th century, becoming institutionalized in the era of monopoly. Historically, Home Economics has remained closer to the agrarian and biological sciences, leaning towards the refractions of the "social question" in the rural context, to the detriment of Social Work, massively oriented to those expressions linked to the context of the urban-industrial proletariat. It is also noticed that the rapprochement between the two fields occurs after an intense crisis of legitimacy in the Home Economics, a phenomenon that would culminate in its extinction, but still raises important questions about the development of this relationship for the training and practice of social workers.

Keywords: Home Economics. Social Work. Higher education.

¹Assistente Social, Economista Doméstico e Historiador. Doutor em Memória: Linguagem e Sociedade pela UESB. Mestre em Economia Doméstica pela UFV. Especialista em Gestão de Políticas Públicas com ênfase em Gênero e Raça pela UFOP. Profissional de Extensão Rural no Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná IAPAR-EMATER (IDR-Paraná). E-mail: jcamaral1987@gmail.com.

Artigo submetido em: 14 de setembro de 2020.

Artigo aceito em: 30 de novembro de 2020.

p. 179-193 DOI: <https://doi.org/10.46551/rssp202112>

INTRODUÇÃO

A Economia Doméstica, *stricto sensu*, é uma área de conhecimento, formação e atuação profissional que surgiu nos EUA em meados do século XIX, com o objetivo manifesto de sistematizar uma série de conhecimentos considerados "mais adequados" à organização do cotidiano e atividades domésticas. Sua origem remete aos avanços do capitalismo concorrencial rumo ao imperialismo, refletindo o conjunto das relações sociais estabelecidas naquele país e as tensões dele resultantes, como o movimento abolicionista e as contradições entre os ideais liberais e um processo de formação econômico ainda fortemente agrário (AMARAL JUNIOR, 2020a). Dessa maneira, a Economia Doméstica se transformou em uma proposta popular de educação feminina para o doméstico que encontrou reverberação em um número expressivo de publicações, na educação não formal e informal e, mais tarde, na educação formal. Sua institucionalização ganhou expressividade a partir de 1882 com o *Morril Act*, que instituiu os *Land-Grant Colleges*, atingindo o ápice nos EUA a partir de um modelo revisado na primeira década do século XX (PINHEIRO, 2016).

No Brasil, embora algumas poucas experiências sejam historicamente datadas já no início do século XX, foi somente a partir da década de 1950 que a Economia Doméstica se popularizou como curso de formação superior, impulsionada, sobretudo, pela demanda urgente de composição das equipes de extensão rural – política agrária que foi implementada no país a partir de 1948 (*Op. cit.*). A trajetória histórica da Economia Doméstica revela, em muitos elementos, o percurso das mudanças sociais ocorridas no século XX na esteira do sistema capitalista em sua expansão sem precedentes e suas conseqüentes crises – o que torna seu estudo elemento importante do movimento histórico de compreensão de muitos fenômenos, como a constituição de campos estritamente femininos de educação e a normatização da vida cotidiana doméstica a partir da ideologia de produção e reprodução das relações capitalistas (AMARAL JUNIOR, 2020a). No entanto, há uma particularidade histórica que coloca o estudo da Economia Doméstica em posição de destaque para a presente reflexão: sua relação com o Serviço Social.

Pode parecer, no campo da pseudoconcreticidade, que a aproximação é puramente arbitrária e resulta em uma comparação equivocada por meio de elementos genéricos historicamente compartilhados – como o fato de terem se constituído no curso da história, ambos os campos, como nichos estritamente femininos. No entanto, alguns elementos apontam

para uma relação que pode ultrapassar a coincidência: em primeiro lugar, é necessário destacar que os programas de pós-graduação no país em Economia Doméstica, mesmo que em reduzido número, sempre estiveram classificados na área 32 da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), ou seja, aquela que integra todos os cursos de mestrado e doutorado do Serviço Social; em segundo, com a extinção recente dos últimos cinco cursos de Economia Doméstica que eram ofertados no país desde a década de 1990 – processo que se concretizou em 2016 – três desses se “transformaram” em bacharelados em Serviço Social; e em terceiro, pode-se perceber um movimento recente de aproximação também no campo da prática profissional, em que vagas historicamente destinadas aos economistas domésticos começam a absorver, de forma expressiva, os profissionais assistentes sociais (AMARAL JUNIOR 2020b).

Esses elementos conduzem à necessidade de compreender as contingências históricas de aproximações e divergências entre os dois campos, mesmo que de forma exploratória em detrimento dos escassos trabalhos existentes. O objetivo desse trabalho é, de forma inicial, destacar as principais dessas contingências rumo a uma construção analítica sobre a relação existente entre esses dois campos.

GÊNESE DA ECONOMIA DOMÉSTICA E DO SERVIÇO SOCIAL

Toda comparação histórica é particularmente desafiadora pelas questões metodológicas que impõem. Proceder com um exercício teórico dessa natureza exige manter sempre a categoria da totalidade como central, com vistas a ter os elementos constantes das relações sociais e históricas como foco de entendimento das divergências e convergências, sem perder de vista as particularidades. Por isso a discussão aqui apresentada foi desenvolvida segundo o método materialista histórico-dialético, considerando-se a diferenciação entre o modo de investigação e de exposição da construção do conhecimento, o caráter ontológico do trabalho, o movimento dialético na compreensão dos fenômenos e as características particulares do sistema de produção capitalista (MARX, 2017). Ainda conforme Lukács:

Sendo a objetividade uma característica ontológica primária de todo ente, é nela que reside a constatação de que o ente originário é sempre uma totalidade dinâmica, uma unidade de complexidade e processualidade. Por investigar o ser social, a posição ontológica central da categoria da totalidade

se apresenta para Marx de modo muito mais imediato do que no estudo filosófico da natureza. A totalidade na natureza pode ser apenas inferida de muitas maneiras, por mais rigoroso que seja o raciocínio; no campo social, ao contrário, a totalidade sempre está dada de modo imediato (2018, p.304).

Nesse sentido, compreender os elementos da gênese de ambos os campos é fundamental para entender o contexto geral de suas possíveis aproximações e distanciamentos, na perspectiva do trânsito da totalidade para a particularidade e também no seu sentido inverso.

Seguindo essas premissas, em primeiro lugar, destaca-se que a Economia Doméstica e o Serviço Social são gestados em um mesmo contexto da produção capitalista. É no bojo de um capitalismo transitando para sua forma imperialista que os campos parecem ter se estruturado. Segundo Hobsbawm (2018a), a "Era do Capital" demarca um período de transição em que o capitalismo proporcionaria a crescente sensação de progresso e bem-estar geral, calcado no avanço dos modos de produção, da ciência e nas modificações da vida cotidiana. É o acúmulo de uma série de avanços em ramos específicos do conhecimento – como a química, a biologia e a nutrição – que dá o suporte necessário para a primeira publicação de Economia Doméstica, "*A Treatise On Domestic Economy*", da estadunidense Catherine Beecher, publicado em 1841. Esse "marco" da Economia Doméstica estrutura uma proposta de educação moral e técnica feminina em torno de áreas como puericultura, nutrição, vestuário, decoração, jardinagem e etc. O contexto político e ideológico desse surgimento é o das contradições de um país ainda fortemente agrário, tensionado pelos movimentos abolicionistas, marcado pelo pensamento liberal em oposição à aristocracia inglesa e que experimentava mudanças rápidas e expressivas nos modos de produção (HOBSBAWM, 2018a; 2018b).

Os elementos que subsidiariam o surgimento do Serviço Social, incluindo suas protoformas – para utilizar o termo proposto por Iamamoto e Carvalho (2014) – também passariam por um processo de intensificação no fim do século XIX, em que o capitalismo em sua fase imperialista não tardaria para apresentar diversos efeitos perversos de nova magnitude. Segundo Netto (2011) é no período imperialista clássico do capitalismo, entre 1890–1940, que as modificações necessárias rumo ao capitalismo monopolista surgem, condição para o rompimento com as formas vigentes de filantropia e o surgimento do Serviço Social. Assim, expõe o autor que "[...] As conexões genéticas do Serviço Social profissional não se

entretecem com a 'questão social', mas com suas peculiaridades no âmbito da sociedade burguesa fundada na organização monopólica" (NETTO, 2011, p.18).

Ainda que a Economia Doméstica tenha encontrado capilaridade nos *Land-Grant Colleges* a partir de 1882 – daí vai derivar sua intensa herança em torno das ciências agrárias típicas desse modelo de instituição universitária – seu percurso histórico também demonstra uma ruptura com seu modelo original (AMARAL JUNIOR, 2020a). É na virada do século XIX para o XX, com a intensificação tanto da urbanização, quanto da industrialização, que o projeto técnico-científico-eugenista da Economia Doméstica ganharia forma em seu modelo *Home Economics*, cujo principal expoente é Ellen Richards, primeira mulher a ingressar e lecionar no *Massachusetts Institute of Technology* (MIT).

Na virada do século também, dois acontecimentos importantes tomaram forma no mesmo contexto: A *Lake Placid Conference* que instituiu em 1901 a Economia Doméstica em seu modelo *Home Economics*, ação liderada por Ellen Richards (AMERICAN HOME ECONOMICS ASSOCIATION, 1901) e a criação da Primeira Escola de Filantropia Aplicada por Mary Richmond em 1899 (MARTINELLI, 2011), ambos os acontecimentos em New York. Mesmo sabendo que a origem do Serviço Social, diferentemente do que se pode constatar para a Economia Doméstica, não é exclusivamente estadunidense, esses eventos demonstram que a proposta anteriormente difundida por Catherine Beecher encontra fôlego e ressonância em um contexto urbano-industrial de efervescência política bastante similar ao que faz o Serviço Social lentamente ser estruturado em torno de uma institucionalização que iria romper com suas protoformas – como demonstra Netto (2011).

Esses elementos fazem constatar que Economia Doméstica e Serviço Social se institucionalizaram a partir da configuração do capitalismo imperialista rumo a sua forma monopolista. Mais do que isso, são as refrações da "questão social" que demandam a institucionalização de ambos os campos, aproximando-os de um "lugar comum" no seu trato. Segundo Iamamoto e Carvalho:

É preciso que o operário possa cultivar seu lar e, portanto, intervir e ensiná-lo a bem organizá-lo, com seus recursos, etc. Isto é, elevar o proletariado a um padrão ético-moral, a uma racionalidade de comportamento, ajustada à interiorização da ordem capitalista industrial (2014, p.146).

A perspectiva da "repaginada e institucionalizada" Economia Doméstica reverberava uma percepção próxima:

We need to educate house experts, home advisers, those who know how to examine a house not only while it is empty but while it is throbbing with the life of the family. This adviser must be, for many years at least, able to suggest practical methods of overcoming structural defects (more difficult than fresh construction), as well as of modifying personal prejudices.

These house experts will, I think, be women of the broadest education, scientific and social. They will have not only a certain amount of medical knowledge, but also the tact and enthusiasm of the missionary which will bring them as friends and benefactors to the despairing mother and the discouraged householder² (RICHARDS, 1905, s/p).

É necessário destacar, no entanto, o primeiro e importante ponto de divergência. A Economia Doméstica tem um percurso pregresso pelos *Land-Grant Colleges*, sendo colocada, frequentemente, lado a lado das demais ciências agrárias, enquanto uma das “artes mecânicas” amplamente difundida para promover o “progresso agrário estadunidense”. Por isso, sua popularidade nos EUA sempre esteve a reboque dos projetos de desenvolvimento agrícola, sendo a proposta de *Home Economics* um verdadeiro ponto de ruptura, visto que nitidamente tentando galgar um campo de atuação urbano e científico. Ellen Richards formulou uma proposta de Economia Doméstica bastante diversa daquela construída por Catherine Beecher, pautando-se na racionalização do ambiente doméstico e na eugenia, resultado das relações sociais que se modificaram expressivamente naquele contexto de mais de meio século que separavam as duas “pioneiras” (AMARAL JUNIOR, 2020a). Já o Serviço Social, conforme demonstram Netto (2011; 2018) Iamamoto (2015), Iamamoto e Carvalho (2014), Castro (2011), Martinelli (2011) e Montañó (2009), historicamente se relacionou sempre com as expressões da “questão social” principalmente de ordem urbano-industrial, fortemente vinculada à classe trabalhadora, na maior parte das vezes buscando legitimidade nas ciências sociais.

Esses elementos, além de auxiliarem a entender posteriormente o contexto específico de difusão de ambos os campos no Brasil, demonstram como a Economia Doméstica e o Serviço Social se debruçaram historicamente sobre uma gama de fenômenos próximos, mas sob perspectivas distintas. Se o Serviço Social se construiu historicamente como o campo da

² Em tradução livre: “Precisamos educar especialistas em casa, consultores domésticos, aqueles que sabem examinar uma casa não apenas enquanto ela está vazia, mas enquanto está pulsando com a vida da família. Este consultor deve ser, pelo menos por muitos anos, capaz de sugerir métodos práticos de superação de defeitos estruturais (mais difíceis do que construções novas), bem como de modificar preconceitos pessoais. Esses especialistas da casa serão, penso eu, mulheres da educação mais ampla, científica e social. Eles terão não apenas uma certa quantidade de conhecimento médico, mas também o tato e entusiasmo da missionária que os levará como amigos e benfeitores para a mãe desesperada e para o desanimado chefe de família”.

“coerção e do consenso” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014), a Economia Doméstica se estruturou como um campo normatizador e higienizador do cotidiano doméstico (AMARAL JUNIOR, 2020a). Há, portanto, uma complementariedade no trato das expressões da “questão social” a serviço dos interesses da burguesia, na medida em que ambos os campos iriam assumir posições distintas na divisão sócio técnica do trabalho para garantir a reprodução da força de trabalho e a difusão de modos de vida que, por sua vez, reproduzissem as relações sociais que sustentam o sistema capitalista.

Em termos de gênese, para contextualizar melhor o problema ainda é necessário pontuar dois outros elementos: uma convergência, que reside no fato de ambos os campos sofrerem implementação no Brasil menos intensa nas primeiras décadas do século XX, acelerando-se nas décadas de 1940 e 1950; e uma divergência importante, que reside no fato de, ao passo que nessas décadas o Serviço Social acompanhou um movimento internacional intenso de sua popularização, a Economia Doméstica foi difundida nos países periféricos sob o paradoxo curioso de seu agudo refluxo nos centros da produção capitalista.

A implementação de ambos os campos no Brasil só pode ser entendida se compreendidas as contingências históricas do capitalismo brasileiro das décadas de 1930–1950. Se no período entre as duas Grandes Guerras o país ainda passava pelo dilema acerca de seu processo de desenvolvimento, na década de 1950 o cenário se modificou expressivamente com o esgotamento do modelo de substituição das importações, com um novo padrão de acumulação e com a crise iminente que se anunciava (NETTO, 2014). Somado a isso, se identifica após a Segunda Guerra uma ofensiva dos EUA sobre os países periféricos, inaugurando a fase tipicamente estadunidense do imperialismo, marcada pela reprodução ideológica tanto do sistema de relações sociais vigente que garantisse os modos de produção, quanto daquele que impedisse o avanço comunista (FONSECA, 1985). Enquanto o Serviço Social é plasmado nessa demanda de intervenção nas expressões da “questão social”, frequentemente via Estado (NETTO, 2018), a Economia Doméstica encontrou solo fértil na política emergente de extensão rural, materializada nos acordos de natureza público-privada entre o Governo Brasileiro e organizações americanas, como a Associação Internacional Americana (AIA) do Grupo Rockefeller (PINHEIRO, 2016).

Portanto, mesmo que a Economia Doméstica tenha pleiteado uma linha de atuação urbano-industrial nos EUA, sua implantação no Brasil se deu na tradição agrária vinculada à extensão rural. O Serviço Social, por sua vez, embora tenha também atuado nas expressões

da "questão social" que se objetivaram historicamente no campo, manteve no Brasil uma concentração mais significativa em torno das expressões de ordem urbano-industrial, o que justifica, por exemplo, a importância do eixo Rio-São Paulo na implantação das primeiras escolas brasileiras, conforme demonstra Castro (2011). Já pelo caráter rural e a forma como foi implementada, a Economia Doméstica se estruturou de maneira mais interiorizada e em escolas de tradição agrária – como a Universidade Federal de Viçosa (UFV), antiga Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Minas Gerais (ESAV), a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), a Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) e a Escola Superior de Agricultura Luís de Queiroz (ESALQ), da Universidade de São Paulo (USP).

Ao que parece, essas características fundamentais de implantação dos dois cursos no Brasil garantiram, mesmo que por um curto espaço de tempo, relativa "autonomia" de existência dos dois campos. Nos EUA a Economia Doméstica já se encontrava em ampla retração a partir da década de 1950, resultado geral do contexto tensionado da Guerra Fria em que os interesses políticos desestruturaram certos nichos e formatos de educação e intervenção, tendo o Estado abandonado alguns projetos que tinha incentivado sobremaneira no cenário que antecedeu as Grandes Guerras Mundiais, incluindo aí a proposta da *Home Economics* (DYAS, 2014). Não é possível subtrair também a importância dos movimentos feministas estadunidenses, que reforçaram o discurso a favor da negação do doméstico como *lócus* naturalmente feminino (SUNDERMANN, 2014). O que não quer dizer, de certa forma, que determinado vocacionalismo das profissões tipicamente femininas tenha sido superado.

A extensão rural, portanto, garantiu a sobrevivência e perenidade do projeto de Economia Doméstica à brasileira, mantendo-a relativamente distante de profissionais que eram convocados a atuar sobre expressões da "questão social" diversas e em outros contextos. Era de se esperar, portanto, que com a desestruturação dessas barreiras – frágeis e inconstantes – no campo da divisão sócio técnica do trabalho, não tardasse para se instaurar cenários de conflitos e divergências.

AS CONTINGÊNCIAS HISTÓRICAS DA APROXIMAÇÃO BRASILEIRA

A partir da década de 1960, com a mudança de perspectiva da extensão rural brasileira rumo ao difusionismo produtivista alinhado com os planos do Governo Militar, o profissional de Economia Doméstica seria cada vez menos requisitado para esse contexto sócio

ocupacional (RODRIGUES, 1997). Esse processo foi intensificado com a perda gradual de campos de atuação que se operou com o desdobramento da Economia Doméstica em outras formações específicas, como por exemplo, a abertura dos cursos de Nutrição e Pedagogia na UFV a partir da infraestrutura anterior disponibilizada pela Escola Superior de Ciências Domésticas (RIBEIRO, 2010). Sempre mais próxima das ciências agrárias e biológicas, operou-se uma verdadeira crise de legitimidade social, técnica e profissional em torno da Economia Doméstica, maximizada por um sistema de ensino superior marcado pelo credencialismo e pelas políticas de privilégios (AMARAL JUNIOR, 2016). A esparsa legitimação que a área havia conquistado no Brasil lentamente se diluiu na superespecialização da divisão sócio técnica do trabalho, nas disputas de campo com outras áreas e no anacronismo de sua estrutura fortemente positivista, tecnicista e normatizadora (*Op. cit.*).

Foi nesse contexto crítico que se iniciou um movimento de aproximação com o Serviço Social no Brasil. Isso porque, sempre na esteira das ciências agrárias e biológicas, uma "guinada" às ciências sociais só parece efetivamente acontecer na Economia Doméstica a partir da década de 1970, quando em busca por legitimidade e reestruturação a formação e o "trânsito acadêmico" começam efetivamente a se diversificar. Simão (2016) demonstra como isso significou "romper" com as referências clássicas estadunidenses – a essa altura já escassas e precárias nos EUA – que resultou em um complexo alargamento do campo acadêmico da Economia Doméstica. Longe de se especializar e reformular, esse movimento – que também envolveu intensa política legislativa na busca por privilégios de exercício profissional – resultou em uma ampliação do caráter polivalente e inespecífico da área, agora incluindo diversas frentes dentro do campo das ciências sociais e outras de características mais técnicas (AMARAL JUNIOR, 2016).

Nesse movimento de "alargamento de campo", ocorrido intensamente nas décadas de 1970–1980, a Economia Doméstica reforçou características que seriam importantes para sua aproximação definitiva com o Serviço Social. Destacam-se aquelas apresentadas por Montaño (2009), como a subalternidade profissional, a busca pela especificidade profissional, o praticismo e a intervenção em realidades emergentes. No ápice de seu processo de extinção, características muito similares pareciam ser o centro orbital da Economia Doméstica brasileira, como a busca incessante por definir-se ciência, o forte caráter de aplicabilidade imediata e a prevalência de certo pragmatismo (AMARAL JUNIOR, 2016). É importante destacar também que o contexto das instituições em que estava inserida fez com que a Economia Doméstica

se apropriasse, a partir desse momento histórico, das discussões de Desenvolvimento de Comunidades, que como demonstra Ammann (2013) significou um ponto de interação importante para os profissionais de diversas formações em torno do "social".

O primeiro programa de pós-graduação em Economia Doméstica foi implementado em 1992 na UFV, classificado como da área de Serviço Social pela CAPES, época em que só existiam 08 programas dessa natureza no país. Não obstante a Oikos – Revista Brasileira de Economia Doméstica – hoje Revista Família e Sociedade – data também do início dos anos 1990, sob a responsabilidade do referido programa. Mas a década de 1990 e os anos 2000 seriam de sucessivas crises para a Economia Doméstica: em uma década, mais de 50% dos cursos foram extintos, decaindo de 11 cursos ativos em 1991 para apenas 5 nos anos 2000 (AMARAL JUNIOR, 2016).

A segunda década dos anos 2000, portanto, foi decisiva para fomentar uma aproximação total com o Serviço Social que impactaria sobremaneira na extinção dos cursos de Economia Doméstica no Brasil. O intenso processo de "adaptação" da Economia Doméstica não só logrou pouco êxito, como operou aproximações superficiais e equivocadas. As grades curriculares dos cursos sofreram sucessivas "maquiagens" mantendo o caráter tecnicista e positivista de sua herança estadunidense, ao passo que também foram consecutivamente infladas para atender demandas pontuais do mercado (AMARAL JUNIOR, 2016). Inclui-se nesse movimento os desdobramentos da Constituição Federal de 1988 e seu rebatimento nas políticas sociais, campo que, conforme argumenta Iamamoto (2015), sempre foi historicamente identificado com o Serviço Social. Nesse contexto, a Economia Doméstica não só manteve o escopo tecnicista fortemente agrário-biológico de suas origens, como acrescentou sob o disfarce do genérico discurso da "promoção de qualidade de vida das famílias" uma ampla gama de componentes curriculares e competências técnicas que reivindicavam sua inserção "no social". Perdendo de vista a formação histórica da própria Economia Doméstica, a experiência brasileira caminhou na direção de um anacronismo e de uma tensão entre os campos que se tornaria insustentável.

O documento emitido pela Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação em 2010, dando parecer desfavorável à homologação das Diretrizes Nacionais Curriculares do curso de Economia Doméstica, ilustra esse cenário

Há menos de mil alunos matriculados nesses cursos [de Economia Doméstica], número que vem decaindo a cada ano, segundo o censo da educação superior,

evidenciando um processo de extinção dessa formação, especialmente por seu *perfil não mais condizer com as demandas sociais*. Destaque-se que as principais competências ao desenvolvimento comunitário são *completamente cobertas pelo Curso (sic) de Serviço Social*, profissão crescente na oferta de cursos de graduação por todo o país (2010, p.2, grifos nossos).

A partir da segunda década dos anos 2000, os processos de “adaptação” da Economia Doméstica brasileira estavam amplamente inviabilizados. A área se demonstrou inapta em promover mudanças teórico-metodológicas, em efetivar políticas de privilégios de impacto e em garantir reservas de vagas no mercado de trabalho, seja pela via legal ou pela legitimidade social. Um caminho, importante destacar, amplamente na contramão do que ocorria com o Serviço Social, cujo recrutamento pelo Estado para o trabalho com Políticas Sociais sempre foi marcante desde 1930 (BEHRING; BOSCHETTI, 2011) e os desdobramentos internos de reformulação da área, englobando formação, atuação profissional e pesquisa, desde a década de 1960, deram outros rumos gerais ao campo (NETTO, 2018).

O que se percebe, a partir daí, é que a aproximação da Economia Doméstica com o Serviço Social ocorreu oportunamente nesse momento de crise de legitimidade, quando aquela se apresentava como apta a atuar sobre expressões da “questão social” com as quais essa sempre esteve historicamente relacionada. Essa aproximação, no entanto, não se mantém preservando ambos os campos na medida em que as fragilidades – de ordem técnica, teórico-metodológica e instrumental – da Economia Doméstica não deram cabo de sustentar a reprodução dessa justificativa.

Esse “problema de múltiplas determinações” está bem ilustrado no processo de discussão dos rumos que a Economia Doméstica teria na UFV, entre 2011–2015. Documentos do Departamento de Economia Doméstica (2015a, 2015b) demonstram a dificuldade enfrentada em propor uma nova formação, em converter-se aos componentes técnicos, ou substituir o curso ofertado por outro já existente e legitimado – opção que incluiria o Serviço Social. A experiência brasileira demonstrou que as cinco instituições imbuídas nesse processo optaram por caminhos distintos: o Departamento de Economia Doméstica da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) optou pela criação do curso de Ciências do Consumo, seguindo caminho similar das instituições mais tradicionais da área nos EUA; já a Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) e a Universidade Federal do Ceará (UFC) optaram por criar, respectivamente, os cursos de Nutrição e Design de Moda; na Universidade Federal de Viçosa

(UFV), a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e também em partes a UNIOESTE, optaram por dar lugar ao curso de Serviço Social.

Além de todos os elementos desse processo – que são muitos para a análise desse trabalho – a aproximação só foi possível entre a Economia Doméstica e o Serviço Social porque compartilhavam certos elementos, como também ocorreu com outras áreas de caráter mais técnico. Esses elementos podem ser genericamente sintetizados, nesse caso, em torno de uma “proximidade” na leitura que ambos os campos passaram historicamente a fazer sobre suas possibilidades de inserção na divisão sócio técnica do trabalho e, conseqüentemente, nas respostas às expressões da “questão social”. Mesmo que os argumentos utilizados para fomentar tal suposição não tenham sido historicamente suficientes para a Economia Doméstica.

UMA “FAGOCITOSE” OCASIONAL?

Em guisa de conclusão, é importante esclarecer porque esse processo de aproximação se faz pertinente, talvez em maior grau para o Serviço Social do que para a Economia Doméstica. As contingências históricas dessa relação e suas particularidades no Brasil desdobram três possibilidades: primeiro, é preciso questionar como esse processo de “adaptação” de estruturas antes destinadas à Economia Doméstica absorveram e organizaram os “novos” cursos de Serviço Social. Conhecendo a ampla trajetória da Economia Doméstica com as ciências agrárias e biológicas, seu sincretismo teórico-metodológico das últimas décadas e sua inabilidade histórica em dar respostas estruturais às pressões de diversas ordens, é preciso considerar a possibilidade dos cursos de Serviço Social implementados nesse contexto apresentarem peculiaridades importantes que podem se refletir na formação dos profissionais.

Em segundo, a análise de que a Economia Doméstica, pelos elementos em comum que apresentava, foi incorporada pelo Serviço Social em uma espécie de “fagocitose” é demasiadamente simplista. As contingências históricas apresentadas demonstraram que, apesar do peso das disputas de campo, essa relação pode apresentar cisões também na construção teórico-metodológica do Serviço Social, em que pese aqueles modelos mais tradicionais e

conservadores, ou técnico-burocráticos, em comportar confortavelmente a “herança” da Economia Doméstica sem grandes resistências.

Em terceiro lugar, como um desdobramento desse último ponto, é preciso também questionar os impactos nos espaços sócio ocupacionais que essa aproximação pode eventualmente ter desencadeado e/ou desencadear. O que parece ter sido, por exemplo, o caso da aproximação operada entre o Serviço Social e a extensão rural (AMARAL JUNIOR, 2020b). Historicamente tendo sempre legitimado a Economia Doméstica, em grandes partes pela posição tradicional que essa área sempre teve nos *Land-Grant Colleges*, a inversão recente dessa lógica em detrimento da absorção de assistentes sociais pode indicar mais do que a aparência do fenômeno revela. Em Amaral Junior (2020b) está demonstrada a ausência de clareza no escopo das duas áreas nas agências de extensão, bem como um acentuado influxo da prática dos economistas domésticos da década de 1950 para toda a “área de bem-estar social”, apontando que nesses espaços sócio ocupacionais de “encontro” pode ocorrer um rebatimento ideológico da Economia Doméstica sobre as práticas do Serviço Social. Essa processualidade, nos termos de uma leitura materialista histórico-dialética, pode indicar mais relações do que é possível perceber na aparência imediata do fenômeno estudado.

Essas três linhas gerais, ainda em aberto, apresentam a necessidade de se compreender melhor os elementos qualitativos que marcaram essa relação histórica. Só assim será possível perceber se o que ocorreu, na verdade, foi um esgotamento de certa “ideologia do doméstico” em detrimento das reestruturações das relações de produção e reprodução, ou se essa ideologia se diluiu em outros elementos, ainda vultosos e de difícil percepção que rebatem na formação e prática dos assistentes sociais.

REFERÊNCIAS

AMARAL JUNIOR, J. C. A Pedagogia do Doméstico: uma memória apreendida da síntese dialética entre Economia Doméstica e Extensão Rural. Tese (Doutorado em Memória: Linguagem e Sociedade) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, Bahia, 2020a.

AMARAL JUNIOR, J. C. Extensão rural e Serviço Social: análise das contingências históricas do assistente social na prática extensionista paranaense. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Serviço Social) – Centro Universitário Internacional, Irati-Paraná, 2020b.

AMARAL JUNIOR, J. C. Economia Doméstica: adaptação, transformação ou extinção? 2. ed. São Paulo: PerSe, 2016.

- AMERICAN HOME ECONOMICS ASSOCIATION. Lake Placid Conference proceedings: Volume 1-3. 1901.
- AMMANN, S. B. Ideologia do Desenvolvimento de Comunidade no Brasil. 12. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2013.
- BEECHER, C. E. A treatise on Domestic Economy – for the use of young ladies at home and school. New York: Harpers & Brothers, 1841.
- BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. Política Social – Fundamentos e história. 9. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2011. (Biblioteca Básica do Serviço Social).
- CASTRO, M. M. História do Serviço Social na América Latina. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- DEPARTAMENTO DE ECONOMIA DOMÉSTICA. Universidade Federal de Viçosa. Proposta de criação do curso de Serviço Social. Viçosa-MG, 2015.
- DEPARTAMENTO DE ECONOMIA DOMÉSTICA. Universidade Federal de Viçosa. Relatório final sobre a situação do curso de Economia Doméstica na UFV. Viçosa-MG, 2015.
- DYAS, Brie. Who killed Home Ec? Here's the real story behind its demise. The Huffington Post, 2014. Disponível em: https://www.huffpostbrasil.com/2014/09/29/home-ec-classes_n_5882830.html. Acesso em: 8 jun. 2019.
- FONSECA, M. T. L. A extensão rural no Brasil, um projeto educativo para o capital. São Paulo: Edições Loyola, 1985.
- HOBBSBAWN, E. A era do capital (1848-1875). 28. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018a.
- HOBBSBAWN, E. A era dos impérios (1875-1914). 25. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018b.
- IAMAMOTO, M. Serviço Social em tempo de capital fetiche – capital financeiro, trabalho e questão social. 9. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2015.
- IAMAMOTO, M.; CARVALHO, R. Relações sociais e o Serviço Social no Brasil – esboço de uma interpretação histórico-crítica. 41. ed. São Paulo: Cortez, 2014.
- KOSIK, K. Dialética do concreto. 7. ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1963.
- LUKÁCS, G. Para uma ontologia do ser social I. 2. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2018.
- MARTINELLI, M. L. Serviço Social – Identidade e alienação. 16. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2011.
- MARX, K. O capital: crítica da economia política – Livro I: o processo de produção do capital. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DA CULTURA. Ofício no 82 do MEC/SESu/DESUP. 2010.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DA CULTURA. Relatório de Avaliação Quadrienal 2017 – Serviço Social. 2017. Disponível em:

<https://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/relatorios-finais-quadrional-2017/20122017-Servico-Social-quadrional.pdf> . Acesso em: 20 mar. 2020.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DA CULTURA. Retificação do Parecer CNE/CES 492/2001, que trata da aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia. 2001. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/legislacao_parecercne_1363.pdf . Acesso em: 20 mar. 2020.

MONTAÑO, C. A natureza do Serviço Social. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

NETTO, J. P. Capitalismo monopolista e Serviço Social. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

NETTO, J. P. Ditadura e Serviço Serviço Social – uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. 17. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2015.

PARANÁ, GOVERNO DO ESTADO. Secretaria da Administração e da Previdência. Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural. Edital no079/2014. 2014.

PINHEIRO, C. F. Estado, extensão rural e economia doméstica no Brasil (1948-1974). Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói-RJ, 2016.

RIBEIRO, M. G. M. A constituição das Ciências Humanas numa Universidade Rural. ALEPH, v. IV, n. 14, p. 52-60, 2010.

RICHARDS, E. H. The cost of shelter. [s.l.]: MIT – Massachusetts Institute Of Technology, 1905.

RODRIGUES, C. M. Conceito de seletividade de políticas públicas e sua aplicação no contexto da política de extensão rural no Brasil. Cadernos de Ciências e Tecnologia, v. 14, n. 1, 1997.

UNITED STATES GOVERNEMENT. Act of July 2, (Morrill Act), Public Law 37-108, which established land grant colleges, 07/02/1862; Enrolled Acts and Resolutions of Congress, 1789-1996. 1862.